

Policial Militar: uma profissão de risco¹

César Maurício de Abreu Mello (PPGDSMC-UFPA)²
Fernanda Valli Nummer (PPGDSMC – UFPA)³

RESUMO

Ser policial militar é viver sob uma situação de risco constante. No entanto, os riscos percebidos pelos policiais militares que trabalham em cidades menores, no interior do Estado, são diferentes daqueles observados por aqueles que operam na capital. Foram realizados grupos focais com policiais militares lotados no 8º Batalhão de Polícia Militar, com sede em Soure, região do Marajó no PA e com policiais militares de vários quartéis com atuação na cidade de Belém, PA. Os dados apontaram para uma perspectiva de risco diferenciada associada, especialmente ao reconhecimento da pessoa por sua profissão e as redes de sociabilidade acionadas nos cenários interior e capital.

Palavras-chaves: policial militar, risco, profissão.

A POLISSEMIA DO “RISCO”

No mundo atual vivenciamos uma prudência contínua e ininterrupta contra todos os tipos de risco, notadamente aqueles causados pela tecnologia e pelos estilos de vida moderna. Adams(2009), Aersa (2009), Douglas e Wildavsky (1982) argumentam que o risco é culturalmente construído, ou seja, “nas ocasiões em que o fato científico fica aquém da certeza, somos orientados pela suposição, pela inferência e pela crença”(ADAMS, 2009, p.30).

Assim, termo “risco” é polissêmico e admite muitos entendimentos enquanto palavra e muitas representações enquanto conceito. Além disso, pode ser trabalhado ao nível individual ou percebido por toda uma sociedade. Aersa (2008, p.1), enfatiza a dificuldade e a complexidade de definir o risco, pois “seus limites e fronteiras são ambíguos, visto que a sua noção se converte em múltiplos significados e conotações sociais”. Porém, adverte o autor, apesar dos múltiplos conceitos do risco parece existir um elemento transversal a todas as suas definições que é a diferenciação entre aquilo

¹ Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos - PPGDSMC/IFCH/UFPA.

³ Socióloga, Doutora em Antropologia Social, Professora Adjunta do IFCH – UFPA, Belém.

que é possível acontecer (possibilidade) e aquilo que acontece (realidade) ou seja, a incerteza é uma das dimensões do risco. Concorde com isso a antropóloga britânica Mary Douglas quando afirma que “como não existe uma única concepção correta de risco, não há uma maneira de fazer com que todos os demais o aceitem”⁴ (Douglas; Wildavsky, 1982, p.4).

Beck (2011) e Giddens (1991), por seu turno, enfatizam que a industrialização e os avanços tecnológicos atuais modificaram a natureza dos riscos e o contexto em que estes aparecem, bem como prejudicaram a capacidade da sociedade em os compreender e os gerenciar. Com a falência do Estado em proporcionar a certeza frente a um futuro desconhecido, a sociedade em que os riscos eram certezas deu lugar à *sociedade de risco*, para a qual estes surgem de uma forma nunca antes observados, sendo cada vez mais complexos e difíceis de controlar, refletindo frequentemente problemas de desconhecimento de processos e de ausência de confiança dos indivíduos nas instituições.

Na mesma linha de pensamento, Bauman (2008) usa a ideia de pós-modernidade (ou modernidade líquida) para representar a sociedade atual que perde a crença no progresso, na expectativa de segurança e na possibilidade de confiança no outro, tornando o viver uma experiência de risco. Segundo o autor, a segurança foi minada com a fragilização dos mecanismos institucionais apoiados e garantidos pelo Estado, com a falência das políticas que compuseram o Estado de Bem-Estar Social. Os indivíduos procuram soluções individuais para problemas socialmente produzidos, de modo inadequado e ineficaz. Hoje, o autor esclarece, as sociedades possuem graus de segurança jamais conhecidos na história e se tem meios eficazes de prever, evitar e enfrentar os perigos que ainda existem de morrer precocemente ou adoecer. Também ganhamos uma proteção constante contra as forças superiores da natureza, contra a debilidade inata dos nossos corpos e contra o perigo da agressão de outras pessoas. Entretanto, finaliza, as pessoas sentem-se ameaçadas, inseguras e amedrontadas, inclinadas ao pânico e apaixonadas por tudo que se refira a novos meios de segurança e proteção.

Em relação ao risco na perspectiva dos policiais militares, Spode e Merlo (2006), Oliveira e Santos (2010), Minayo, Souza e Constantino (2007,2008), Constantino

⁴ “Since there is no single correct conception of risk, there is no way to get everyone to accept ‘it’”.

(2012), Constantino, Ribeiro e Correia (2013), dentre outros, discutem o risco do ponto de vista de como ele é percebido pelos policiais e como ele (o risco) desempenha um papel estruturante das condições laborais, ambientais e relacionais na atividade policial. Os autores concordam que os policiais constituem uma categoria profissional bastante vulnerável à produção de sofrimento psíquico, ao elevado estresse, e a um sem número de situações de riscos epidemiológicos e social, pois seu trabalho é marcado por um cotidiano em que a tensão e o perigo estão sempre presentes, uma vez que "seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam"(MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008, p.18). Souza e Minayo (2005) chamam a atenção para a grande quantidade de casos de agravos à saúde física e mental dos policiais militares e que, no geral, os policiais são vítimas de acidentes e violências que levam à morte prematura. Ainda em se tratando do risco epidemiológico, Brandl e Stroshine (2003) apresentam o resultado de uma pesquisa com policiais americanos nos alertando para o fato de que a maioria das lesões sofridas por aqueles trabalhadores serem provenientes de acidentes, e do número expressivo de casos de contaminação por doenças infecciosas (27,7%) ao lidar com o público.

O risco, enquanto palavra multiconceitual, admite muitos entendimentos e representações. Para entendê-lo, sob a óptica do policial militar que o vivencia cotidianamente e permanentemente dentro e fora de seu ambiente laboral, inicialmente precisamos categoriza-lo. Partindo das diversas correntes teóricas que ora o definem como palavra, ora como conceito, tais como Granjo (2006), Luhmann (1993), Spode e Merlo (2006), Oliveira e Santos (2010), Minayo, Souza e Constantino (2007), Constantino (2012), Constantino, Ribeiro e Correia (2013), Bruseke (2007), Beck (2011), Giddens (1991), Bauman (2008), Douglas e Wilsavsky (1982), Adams (2009), Almeida (2008), Paixão et al. (2011), dentre outros, identificamos que o sentido de "risco" percebido pelo policial pode ser agrupado em quatro categorias que combinam a visão epidemiológica, a visão jurídica, a visão sociológica e os riscos voluntários (eletivos). A primeira categoria diz respeito à probabilidade de ocorrência de lesões, traumas e mortes e oferece parâmetros aos policiais quanto à magnitude dos perigos e dos períodos e os locais de maior incidência de tais eventos. A segunda, a dos riscos jurídicos, está relacionado às consequências administrativas e jurídicas advindas de decisões erradas, assumidas individualmente ou através de ordens dadas aos subordinados. O risco social, envolto no contexto de "estigma", cunhado por Erving

Goffman, trata dos perigos associados ao significado da cultura da profissão, ou nas palavras de Minayo (2013), quando diz que “ser policial, já é em si um risco”(MINAYO, 2013, p.185). Finalmente, a quarta categoria de riscos, se relaciona ao gosto pelo afrontamento e pela ousadia como opção, e não como destino (BERNSTEIN, 1997; GIDDENS, 2002; MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008).

PERCURSO METODOLOGICO

O estudo, que ora se apresentam os resultados parciais, faz parte de uma pesquisa maior que tem como objetivo investigar a influência do tempo de serviço, do gênero, do tipo de atividade executada, do nível de treinamento técnico voltado para as atividades operacionais e das experiências anteriores em confrontos armados na percepção de riscos dos policiais militares da Polícia Militar do Pará (PMPA). Embora a corporação tenha sua abrangência e autoridade exercida em todo o Estado do Pará, as amostras ficaram restritas a dois cenários diferentes: 1) policiais militares que trabalham na cidade de Belém, capital do Estado, onde se vivencia os problemas e complexidades de um policiamento em grandes centros urbanos e altas taxas de criminalidade e, 2) policiais militares que operam na cidade de Soure, situada no arquipélago do Marajó, interior do Estado do Pará, com características de cidades pequenas, paisagens rurais e pouca violência urbana. A decisão de manter tal restrição se deu por três razões principais. Primeiro, nossa seleção de amostra foi intencional e ambas as unidades apresentam as características que se buscam. Segundo, atentando às questões éticas, as duas unidades possuem policiais suficientes em cada turno para nos possibilitar a realização do grupo focal em seus horários de serviço sem que isso afete a dinâmica do policiamento em execução naquele turno. E, terceiro, atentando às questões ligadas à acessibilidade, as enormes distâncias entre algumas unidades da PMPA, a dificuldade de acesso à várias delas e os elevados recursos financeiros necessários para os deslocamentos, alimentação e estadia durante o trabalho de campo são um fator limitador na escolha dos entrevistados.

A metodologia da pesquisa é qualitativa e as informações, em termos instrumentais, foram obtidas por meio de dois grupos focais com policiais militares que trabalham nessas regiões.

Dentro do universo policial militar, as graduações de praças correspondem a soldados, cabos, sargentos e subtenentes, tem funções de execução, constituem a

maioria do quadro funcional e, hierarquicamente, estão na base da pirâmide organizacional da corporação. Os oficiais, por sua vez, correspondem aos postos de aspirante a oficial, tenentes, capitães, maiores, tenentes-coronéis e coronéis. São responsáveis, prioritariamente, pelo planejamento, supervisão e direção geral da instituição. Isto posto, decidiu-se por selecionar somente praças em função da natureza de sua atividade diretamente relacionada com o policiamento em si, o que se convencionou chamar de “atividade fim”.

Definido o perfil funcional do grupo de entrevistados, também foram critérios de inclusão dos sujeitos uma seleção intencional que combine as variáveis que pretendemos estudar, na medida em que escolhamos policiais militares com as seguintes características combinadas: Homens e mulheres, que atuasse no serviço administrativo e nas atividades de policiamento ostensivo, com e sem treinamento técnico especializado voltado para as atividades operacionais⁵ e que tenham ou não vivido experiências de confronto físico ou armado.

Iniciamos cada grupo focal agradecendo a participação de todos e explicando aos participantes que foram convidados em razão de se enquadrarem nos critérios de inclusão, que a participação era voluntária, que poderiam sair do estudo quando desejassem sem qualquer constrangimento. Adicionalmente, foram explicados, também, os procedimentos referentes ao grupo focal, o objetivo do trabalho e a nossa necessidade em entender o que eles pensam sobre o tema *risco*, e que cada um deles poderia se manifestar, um de cada vez, para que as opiniões fossem registradas. Finalmente, ressaltamos que todos os cuidados foram tomados para se reduzir a violência simbólica, cujo alcance, trabalhado pelo pensador francês Pierre Bourdieu, vislumbra o processo pela qual a classe dominante, representada por diversas instituições como o Estado, a escola, a polícia, etc., impõe sua cultura aos “dominados” através de ações “legítimas” e dissimuladas (Bourdieu, 2003). Nesse sentido, o autor, que ocupa o posto de tenente-coronel da polícia militar do Pará, participou apenas como observador, se abstendo das discussões em sala.

Além da autora como moderadora, houve um segundo pesquisador no papel de observador/relator e um auxiliar. Ao término de cada grupo focal, com duração média de uma hora e meia, todos se reuniam para discutir as impressões. As questões norteadoras, num total de quatro, trabalharam: 1) as reações de cada um colocado num

⁵ - Considera-se apenas aqueles treinamentos / cursos diferentes dos cursos de formação obrigatórios

cenário hipotético de risco, em que o policial estivesse à paisano e armado; 2) as reações num cenário hipotético em que estariam fardados e desarmados dentro de um ônibus que estaria sendo assaltado; 3) as reações numa situação em que estivessem com a família e surgisse uma situação de perigo e 4) as reações do policial de folga ao observar um assalto em andamento. Todas as discussões foram registradas por meio de gravações em meio digital que, ao final, foram transcritas na íntegra, material sob o qual se realizou leitura exaustiva para apropriação do conteúdo.

No primeiro grupo focal, realizado na cidade de Belém-PA, em 05 de dezembro de 2013, tivemos a participação de onze policiais militares, sendo: três sargentos masculinos, um sargento feminino, um cabo feminino, três soldados masculinos e três soldados femininos. Desse grupo, 73%(8) afirmaram não possuir cursos técnicos voltados para a atividade policial além do curso de formação, apesar dos mesmos 73% trabalharem diretamente na atividade operacional. Outro dado que chama a atenção é que 64%(07) dos entrevistados assumiram ter participado de algum tipo de confronto – armado ou físico – durante seu serviço.

No segundo grupo focal, realizado na cidade de Soure-PA, em 13 de fevereiro de 2014, contamos com a participação de oito policiais militares, sendo: três sargentos masculinos, um cabo masculino, um soldado feminino e três soldados masculinos. Todos os entrevistados não possuíam cursos técnicos voltados para a atividade operacional mas, paradoxalmente, todos trabalham na atividade operacional e todos também já tiveram experiências em confrontos durante o serviço.

Ao se analisar os dois grupos em conjunto, logo de início, tem-se duas conclusões: a primeira, é que existe uma ausência crônica de treinamento técnico voltado para a atividade operacional reportada justamente por aqueles que mais precisam, isto é, os que entregam o principal produto ofertado pela polícia militar à sociedade, que é o policiamento ostensivo propriamente dito. A segunda, observada nas falas das policiais femininas, é que a mulher “é mais cuidadosa, mais cautelosa...” que os policiais homens e que “se afastam quando pressentem um perigo”, pois “é da natureza do ‘ser homem’ [sic] ser mais arrojado”. Além disso, as mulheres “não aceitam ‘coisas erradas’..... e preferem ficar no administrativo⁶ pois, no operacional⁷, é difícil

⁶ - serviço administrativo

⁷ - serviço operacional

encontrar uma equipe que trabalhe direito”. Por tudo isso, grande parte do efetivo feminino da polícia se encontra executando tarefas administrativas.

AS PERCEPÇÕES DE RISCO PROFISSIONAL NA CAPITAL E NO INTERIOR

No grupo focal com policiais militares servindo em Belém, prevaleceu a visão de que o policial deve estar sempre atento e cauteloso em todas as situações, independente de estar ou não de serviço, de estar ou não armado.

“A profissão policial é estressante (...) o PM deve mentalizar para saber agir na adversidade (...) vai acontecer, vai acontecer ...”. (policial militar, homem, trabalhando em Belém no serviço operacional, com treinamento e com experiência em confronto armado).

“Quando você vira policial, fardado ou não, você é reconhecido como PM”. (policial militar, homem, trabalhando em Belém no serviço operacional, sem treinamento e com experiência em confronto armado).

Observou-se que em função da rotina diária de exposição aos riscos, característicos de um grande centro urbano, o policial evita, sempre que possível, situações potencialmente perigosas, cria cenários mentais de possíveis ameaças e adota estratégias preventivas de fuga para o caso daquele perigo se concretizar.

“Quando entrava numa VAN e via alguém ‘suspeito’ eu descia na próxima parada”. (policial militar, mulher, trabalhando em Belém no serviço operacional, sem treinamento e com experiência em confronto armado).

“Quando entro num ônibus, faço logo uma ‘varredura’ [visual]”. (policial militar, homem, trabalhando em Belém no serviço operacional, sem treinamento e sem experiência em confronto armado).

“Quando ando de VAN ou de ônibus eu uso a estratégia de sentar perto da saída e fico de olho. Uma vez, entraram três suspeitos. Na mesma hora, eu levantei e fiz sinal para

o ônibus parar e desci”. (policial militar, mulher, trabalhando em Belém na atividade administrativo, sem treinamento nem experiência em confronto armado).

“A primeira coisa que fiz, ao entrar na PM, foi comprar um carro, justamente para evitar situações como essa [entrar numa VAN ou ônibus] Hoje eu tenho carro mas antes.... ‘Deus andava comigo’”. (policial militar, homem, trabalhando em Belém no serviço operacional, sem treinamento e sem experiência em confronto armado).

“Eu nunca pego VAN, prefiro os ônibus pois as Vans são locais confinados e as chances de um confronto ali dentro terminar bem são pequenas”. (policial militar, homem, trabalhando em Belém no serviço operacional, sem treinamento e sem experiência em confronto armado).

“Pegaria a VAN, mas, da mesma maneira, se eu identificasse alguém “com cara de suspeito” eu desceria na hora. Já fiz isso várias vezes”. (policial militar, mulher, atuando em Belém no serviço administrativo, sem treinamento e sem experiência em confrontos armados).

“... iria ficar em pé e próximo da porta de saída do ônibus. Após o anúncio do assalto, iria tentar escapar”. (policial militar, homem, atuando em Belém no serviço operacional, com treinamento e com experiência em confrontos armado).

Quando estão de folga com a família, os policiais que trabalham em Belém relataram que estando ou não armados, sempre recuariam ao sinal de perigo e protegeriam seus entes queridos, ligando imediatamente para o serviço de emergência (190) para solicitar apoio.

Ao serem solicitados a ordenar as situações em que se sentem mais vulneráveis, isto é, quando percebem que estão mais em risco, concordaram que o pior de todos os cenários é quando estão **fardados e desarmados**. A segunda situação mais perigosa acontece quando estão **fardados e armados**, seguido por estarem **à paisano** (em trajes civis) e **armado**. A situação mais segura, ou menos arriscada, acontece quando estão **desarmados e à paisano**.

Os policiais que estão trabalhando na capital tem a clara percepção da ostensividade da farda:

“Se ele estiver fardado, o bandido vai direto para o PM” (policial militar, homem, trabalhando em Belém no serviço operacional, sem treinamento e sem experiência em confronto armado).

“É que a “expectativa da sociedade é maior para o PM fardado” (policial militar, mulher, trabalhando em Belém na atividade administrativo, sem treinamento nem experiência em confronto armado).

Dessa forma, “estar fardado” se revela mais perigoso por três razões principais: a primeira se relaciona a impossibilidade de fugir ou evitar um possível confronto, pois o próprio PM seria o primeiro alvo da agressão. A segunda, revela o fato do policial se sentir “mais cobrado” pela sociedade quando estivesse fardado, que de certa maneira, também o impede por motivos morais de evitar o confronto. Finalmente, a terceira razão está relacionada aos aspectos jurídicos, visto que, estando fardado e sendo reconhecido como policial militar, ele tem a obrigação legal de agir. No cenário em que o PM se encontra em trajes civis e armado, ele teria, pelo menos em teoria, a possibilidade de evitar um confronto já que, por estar misturado ao público, poderia não se sentir na obrigação de reagir. Finalmente, para os policiais militares que trabalham num ambiente urbano, a situação mais segura é quando estão sem armas e com trajes civis, pois, na impossibilidade de reagir e sem a cobrança moral, sua única opção é evitar a situação perigosa.

Já no grupo focal com policiais militares servindo no 8º BPM, em Soure, prevaleceu a visão de que, no interior do Estado, por se tratar de uma cidade pequena em que todos se conhecem, o bandido sempre respeitará o policial, estando ele fardado ou não, de serviço ou de folga.

“Aqui o bandido sabe que o policial sempre anda armado”. (policial militar, homem, trabalhando em Soure na atividade operacional, sem treinamento e com experiência em confronto armado).

“No interior, os infratores conhecem e respeitam a polícia”. (policial militar, homem, trabalhando em Soure na atividade operacional, sem treinamento e com experiência em confronto armado).

Diferentemente do grupo anterior, os policiais militares no interior afirmaram que sempre agiriam caso percebessem algum crime em andamento, mesmo estando com a família.

“A profissão policial impregna a tal ponto que você perde a noção de quando está de serviço ou não, fazendo que suas reações não levem em consideração a escala [de serviço] [...] o ‘não agir’ faz com que eu me sinta mal [...] nos preocupamos mais com os outros do que com nós próprios [...] às vezes a gente se envolve... às vezes, somos envolvidos”. (policial militar, homem, trabalhando em Soure na atividade operacional, sem treinamento e com experiência em confronto armado).

Ao serem solicitados a ordenar as situações em que se sentem mais vulneráveis, isto é, quando percebem que estão mais em risco, os policiais militares que trabalham no interior concordaram com os policiais da capital e afirmaram que o pior de todos os cenários é quando estão **fardados e desarmados**. A segunda situação mais perigosa, no entanto, acontece quando estão **desarmados e à paisano**, seguido por estarem **à paisano e armado**. A situação mais segura, ou menos arriscada, acontece quando estão **fardados e armados**.

Para esse grupo de policiais militares, o fato de estarem num ambiente mais tranquilo que na capital e com armamento disponível para todos os que quiserem portar, os faz pensar de maneira diferente alguns dos cenários hipotéticos, notadamente no que diz respeito a estarem ou não armados. Para eles, assim como para os policiais da capital, a situação mais perigosa é a de estar fardado e desarmado, com a ressalva que este seria uma situação improvável de acontecer.

“Nós nunca estamos fardados e desarmados pois aumenta o risco” (policial militar, homem o, trabalhando em Soure na atividade operacional, sem treinamento e com experiência em confronto armado).

Na mesma linha de raciocínio, estar desarmado e em trajes civis também os colocaria em risco na medida em que ficariam sem possibilidade de reação.

Fica claro também, que, para esse grupo, a arma traz uma sensação de segurança, e a condição de estarem fardados e serem conhecidos como policiais é um fator de segurança:

“no interior, as pessoas tem mais respeito pela polícia”. (policial militar, homem, trabalhando em Soure na atividade operacional, sem treinamento e com experiência em confronto armado).

“No interior, os infratores conhecem e ‘respeitam’ a polícia. No caso [situação hipotética em que, de madrugada, um grupo de homens suspeitos caminham na direção do policial], eles poderiam até se dispensar....”. (policial militar, homem, trabalhando em Soure na atividade operacional, sem treinamento e com experiência em confronto armado).

Afirmar que ser policial militar é enfrentar, por dever de ofício, toda sorte de riscos é quase um pleonismo. Para os policiais, o risco não é uma opção e sim uma variável que deve ser estudada, avaliada e trabalhada no dia-a-dia. “Os profissionais que compõem a instituição tem consciência disso. Seus corpos estão permanente expostos e seus espíritos não descansam” (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008, p. 18). Ressaltamos, no entanto, o pensamento de Skolnick e Bayley (2002) que consideram que não pode universalizar a condição de policial no que tange ao risco, pois alguns policiais os vivem cotidianamente enquanto outros praticamente nunca o enfrentam

No campo dos riscos epidemiológicos, Valla (2002) afirma que a profissão militar caracteriza-se por exigir do indivíduo inúmeros sacrifícios, inclusive o da própria vida, em prol da vida do outro. A morte é uma realidade na vida deste profissional visto que o mesmo tem que saber lidar com a morte das vítimas, dos criminosos, dos próprios companheiros de trabalho e também com a ideia de que sua própria vida corre perigo. A magnitude desta periculosidade é reconhecida, inclusive, pelo próprio Estado, tanto que fez questão de inserir na Constituição Estadual, uma compensação pecuniária significativa a todos os policiais militares denominada “gratificação de risco de vida” e um seguro contra acidentes de trabalho⁸. Souza & Minayo (2005) confirmam isso através das altas taxas de óbitos por violência de que os policiais são vítimas dentro e fora de seu ambiente de trabalho.

⁸ - Constituição do Estado do Pará, Art.48, Incisos II e III.

Fato importante de observar é que, para os policiais, os riscos ultrapassam a jornada de trabalho e estão presentes nas vinte quatro horas e nos sete dias da semana – 24/7⁹ - Muito a propósito, Dean (1999), afirma que:

[...] em certas circunstâncias, o risco pode ser visto como um *continuum* e neste sentido nunca desaparece completamente. Assim, ele pode ser minimizado, localizado e evitado, mas nunca pode ser dissipado. De certo modo podemos considerar o risco como uma entidade condicional e onnipresente (DEAN, 1999, p. 146).

Concordando sobre a situação de alerta permanente, Constantino, Ribeiro e Correia (2013) afirmam que alguns autores discutem que a profissão policial tem um caráter permanente, no sentido de que um policial está sempre de prontidão para qualquer “emergência”, o que lhe confere uma característica de dedicação exclusiva, onde eles nunca se despem de seu papel profissional, função essa que invade todos os âmbitos de sua vida.

Minayo, Souza e Constantino (2008) observam que o risco é ampliado para o âmbito exterior à atividade corporativa já que “por ser elemento intrínseco da profissão, tanto as situações envolvidas como as representações que ele cria impregnam o ambiente de trabalho, a pessoa e a instituição”. E que, "seja no sentido de perigo ou de escolha, o conceito de 'risco' desempenha um papel estruturante nas condições laborais, ambientais e relacionais" dos policiais militares (MINAYO, SOUZA, CONSTANTINO, 2008, p.183-184). Na mesma direção, Souza e Minayo (2005) chamam a atenção para os muitos são os casos de agravos à saúde física e mental dos policiais militares. Oliveira e Santos (2010) enfatizam que o policial lida com riscos reais e imaginários, na profissão. Assim, o sofrimento e o estresse apresentam agravamentos e mesmo quando imaginários, podem desencadear respostas de alerta e até mesmo levá-lo à morte.

Sobre a vitimização dos policiais fora de serviço, Souza e Minayo (2005) chamam a atenção para as mortes, agressões e acidentes com os policiais em suas folgas, mas, contraditoriamente, ligadas ao trabalho. Elevado percentual de policiais (MINAYO; SOUZA, 2003) tem um segundo emprego na área de segurança privada como meio de complementar a renda, continuando assim a usar o tempo livre com atividades similares e arriscadas, além de comprometer suas horas de folga e descanso,

⁹ - “24/7” é um jargão policial que significa “nas 24 horas e nos sete dias da semana”, isto é, nunca deixa de existir.

ficando exposto a um maior desgaste físico e mental. Constantino (2012) apontou, a partir de um modelo logístico de determinantes das situações de risco vivenciadas por policiais civis, que realizar outra tarefa imediatamente após o plantão mostrou-se como um forte agravante sobre a variável de desfecho, quando comparada com policiais que nunca fizeram isto. Os policiais que afirmaram ter esta atitude sempre ou muitas vezes apresentaram chances 4,17 vezes maiores de passarem por situações de risco, em relação aos que nunca realizaram tarefas imediatamente após o plantão.

Aos mesmos riscos também se expõem os policiais, como cidadãos, em cenas de conflitos em bairros, em bares e em transportes quando, por via de sua função, acabam se envolvendo. Muitos, também, são vítimas de emboscadas de delinquentes, fato que torna comum com que policiais escondam seus distintivos e profissão, visando diminuir as ameaças e ataques que lhes são impingidos. Ressaltamos que, no ambiente de trabalho das corporações, os policiais desfrutam de maior proteção grupal e de atenção e cuidados muito mais estruturados e padronizados tecnicamente.

Outro risco bastante evidenciado – e até temido - pelos policiais é a possibilidade de um erro de julgamento que acarrete em uma decisão equivocada, já que

“A profissão policial é estressante: lidar com a vida e com a liberdade”. (policial militar, homem, trabalhando em Belém no serviço operacional, com treinamento e com experiência em confronto armado).

Durante sua atividade, o policial militar vivencia um sem-número de cenários para os quais tem que decidir sob vários aspectos, dentre os quais, sobre o uso da força. Suas decisões, além de acertadas, devem ser elaboradas sob circunstâncias geralmente desfavoráveis, caracterizadas pela urgência no tempo e por um clima de elevado estresse.

Oliveira (2013) alerta para o fato de que o cérebro não trabalha bem sob situações de estresse ou situações emergentes e que pressão e medo prejudicam a habilidade de pensar lógica e criativamente. Na mesma direção, Siddle (1995) pesquisou a chamada reação de sobrevivência e demonstrou uma importante relação entre percepção de ameaça e aceleração dos batimentos cardíacos. Sobre isso, Oliveira (2013) cita estudos e pesquisas de Siddle (1995), Osion (1998), Grossman (2004), LeDoux (2001) e Artwohl e Christensen (1997) que demonstram inequivocamente que,

seres humanos levados à reação de sobrevivência experimentam diversas alterações fisiopsicológicas que incluem até 70% de diminuição do campo visual (visão em túnel), não entendimento auditivo do que se passa ao redor (redução ou anulação auditiva), perda temporária de memória, fugas irracionais, luta com um comportamento descontrolado, ações repetitivas, perda das habilidades motoras (efeitos no cérebro), dentre outros. Ressalta, porém que “deve-se perceber que o aumento da frequência cardíaca é tão somente um termostato ou um indicador de um nível de estresse percebido, e não uma força impulsora da deterioração do desempenho”(OLIVEIRA, 2013, p. 213).

O uso da força pela polícia - principalmente da força letal- traz enormes consequências para a sociedade. O policial também é altamente impactado, pois, além dos aspectos legais envolvidos durante (e após) os momentos cruciais de um confronto armado, ele tem preocupações adicionais que transcendem o perigo iminente de morte ou ferimentos graves. Várias perguntas devem encontrar respostas adequadas nas frações de segundos que antecedem sua tomada de decisão. Deve ou não usar a força? O que acontecerá se ele decidir usar sua arma de fogo? A instituição (Polícia Militar) ficará ao seu lado? Seus pares irão concordar com sua atitude? Como será a reação da imprensa e da sociedade? O que pensarão os membros da sua família? Adicionalmente, o policial sabe que cada decisão sua – certa ou errada - trará consequências para o resto de sua vida.

Drol (2007) discorrendo sobre a dificuldade em decidir usar a força, observa que é pacífico que as decisões dos policiais em geral, e em relação ao uso da força, em particular, devem ser tão boas quanto possam ser e como é importante entender o quanto a percepção e a tomada de decisão são peças-chaves para a performance do policial. Decidir pelo uso da força envolve uma considerável e complexa equação de consequências e probabilidades de diferentes alternativas. O autor continua, afirmando que a decisão de usar a força é fortemente baseada na percepção do risco, e, esta por sua vez, é dependente de uma variedade de percepções e mecanismos cognitivos. Por exemplo, nós tendemos a perceber o ambiente da maneira em que se encaixa em nossas crenças pré-existentes.

A tranquilidade (da vida numa cidade do interior do estado) gera um hábito e um pensamento de que ‘nada vai acontecer’ e nos leva a um certo relaxamento. (policial

militar, homem, trabalhando em Soure na atividade operacional, sem treinamento e com experiência em confronto armado).

Burrows (2007) ao analisar as condições em que se dão as tomadas de decisão durante um confronto que envolva o uso da força, afirma que a consequência de uma decisão de atirar com uma arma representa para muitos policiais uma “nova realidade” que os separa de seus colegas e, em algumas vezes, tem repercussão em seus relacionamentos pessoais e profissionais. O mesmo autor, ao analisar o tempo de resposta do policial num confronto armado, afirma que o policial deve avaliar a ameaça e reagir de maneira apropriada preparando sua arma para o disparo e que, em condições de simulação, esta tomada de decisão e o disparo levam 1.25 segundo. Desta maneira, a sobrevivência física do policial, sua segurança jurídica e a proteção da sociedade dependem, em última instância, da correta interpretação das pistas visuais, de um julgamento adequado sobre o risco presente, da correta tomada de decisão e da sua velocidade/habilidade na resposta. Ao demonstrar que, num confronto a curta distância, o tempo decorrido entre o “apertar o gatilho” e acertar o alvo é substancialmente diferente do tempo necessário para reconhecer a situação como uma ameaça, tomar a decisão de reagir, disparar e acertar o alvo¹⁰, o autor critica aqueles que analisam as ações policiais de uma maneira simplista e matemática.

No que tange ao aspecto da escolha profissional, a decisão de ser policial traz a reboque uma ameaça (ou risco) constante de vitimização pelo simples fato do policial ter reconhecido a sua profissão. Goffman (1988) traz a luz o conceito de "estigma" numa perspectiva social que confere atributos a determinados indivíduos (ou profissões) que o tornam diferentes da "normalidade". Neste sentido, o risco não está associado a uma atitude, a um gesto ou uma ação positiva e sim ao fato de que a vida corre perigo pela opção profissional:

*“A profissão policial impregna a tal ponto que você perde a noção de quando está de serviço ou não, fazendo que suas reações não levem em consideração a escala”.
(policial militar, homem, trabalhando em Soure na atividade operacional, sem treinamento e com experiência em confronto armado).*

¹⁰ - Thinking time vs. response time

“O ‘não agir’ faz com que eu me sinta mal”. (policial militar, homem, trabalhando em Soure na atividade operacional, sem treinamento e com experiência em confronto armado).

O risco também traz consigo sentimentos ambíguos de medo, perigo, ameaça, satisfação e prazer, encontrando eco na etimologia da própria palavra "risco" que deriva do vocábulo italiano antigo "risicare" e tem ideia associada a "ousar" (BERNSTEIN, 1997). O gosto pelo afrontamento e pela ousadia como opção de escolha profissional, apresenta o risco dentro de uma conotação positiva e necessária. “Quem não se arrisca está fadado à morte no sentido real e simbólico” (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008, p.188).

Concorda Muniz (1999), quando escreve que “o espírito aventureiro, o dinamismo, a canalização de energias pelas ações, o encantamento da superioridade e a disponibilidade para enfrentar riscos”, fazem parte do *ethos* do trabalho policial” e também Minayo, Souza e Constantino (2008, p.188) quando pontua que “a adrenalina produzida pelo inusitado os ‘vicia’ e os motiva para a ação”.

No mesmo sentido, agrega Bittner (2003) quando afirma que:

O que se requeria dos recrutas eram as virtudes máculas da honestidade, lealdade, agressividade e coragem visceral. Como compensação, os policiais recebiam a nobreza do serviço, a oportunidade de contribuir para o melhoramento da vida e, por fim, mas não menos importante, a promessa da aventura. (BITTNER, 2003, p.16)

Nas pesquisas de Minayo e Souza (2003) ficou constatado que durante o confronto com o perigo, a sensação da adrenalina percorrendo o corpo é tão prazerosa que ofusca o sentimento de medo presente. Estudo de Constantino (2012) mostrou que um grupo de policiais que trabalha em uma cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro identificou a atividade policial como o exercício do confronto armado e que eles se sentiam ‘menos policiais’ pelo fato de não vivenciarem tanto tais ações, em comparação como os agentes da capital. Segundo a mesma autora, é a ideia hegemônica do confronto como missão, que oferece ao policial em serviço nas ruas da cidade – sobretudo em áreas conflagradas – a experiência existencial de ter a vida sempre por um fio. La Mendola (2005) complementa ao afirmar que “o impulso para arriscar-se trabalha, de qualquer modo, no interior das personalidades; permanece a necessidade de

demonstrar o próprio valor a si mesmo e aos outros, ainda que com características de tipo narcisístico ou exibicionista”. (LA MENDOLA, 2005, p. 86).

Talvez, esse fato explique o motivo dos resultados das pesquisas de Minayo, Souza e Constantino (2008, p. 190) que demonstrou que os “policiais operacionais se veem e são vistos pela instituição como homens que possuem ‘algo mais’ do que seres humanos”.

Spode e Merlo(2006) observaram que a atividade operacional de enfrentamento da criminalidade e conseqüentemente de maior risco pessoal para o profissional requer maior responsabilidade nas ações, maior autonomia na tomada de decisões rápidas, mas, por outro lado, é a que proporciona maior prazer no trabalho policial. Novamente, percebe-se que esses agentes estão envolvidos em sentimentos e percepções ambivalentes em relação ao risco, ora de medo e sofrimento, ora de satisfação e prazer.

Outro aspecto que merece destaque é a convivência contínua com o risco. Le Breton (1991), explicando o que denominou de “pedagogia do risco”, afirma que a experiência adquirida pela repetição da exposição ao risco e a integração de técnicas, faz com que a percepção do mesmo seja minimizada. Alerta ainda que o risco não é uma disposição permanente do indivíduo: mesmo que uma pessoa já tenha vivido alguma situação arriscada, não quer dizer que ela esteja sempre pronta a enfrentar outras de mesma magnitude. O fato dos policiais, principalmente os que atuam no confronto direto com a criminalidade, conviverem cotidianamente com o risco, não necessariamente assegura a eles um “equilíbrio psicológico” adquirido pela experiência. Neves e Mello (2009) citando Duarte Filho (2005) afirmam que, em alguns casos, as condições de risco existem e são mantidas porque o convívio frequente com elas, ao longo do tempo, incorporou-as à normalidade das tarefas. Esse fato é desastroso, pois se acostumar a uma situação errada, em que há exposição não-controlada a um fator de risco, é fatal para a reflexão correta sobre o problema, pois, no ato de pensar sobre o todo, essa variável não será considerada e muito menos solucionada. Percebeu-se que pouco são os policiais participantes do estudo que percebem o risco iminente:

“O PM deve mentalizar para saber agir na adversidade. ‘Vai acontecer, vai acontecer’”. (policial militar, homem, atuando em Belém no serviço operacional, com treinamento e com experiência em confrontos armados).

“Devemos ‘mentalizar’ uma situação que poderá ocorrer.... O medo é importante, pois nos ajuda... se não fez a preparação mental, pode reagir por impulso”. (policial

militar, mulher, atuando em Belém no serviço administrativo, sem treinamento e sem experiência em confrontos armados).

“Muitos acidentes com policiais são causados por falta de atenção. Não tomar os cuidados devidos. Ficam relaxados. Se estiver armado e não estiver alerta, é ainda mais perigoso” (policial militar, homem, atuando em Belém no serviço operacional, sem treinamento e com experiência em confrontos armados).

A vigilância constante aparece apenas nas falas dos policiais que atuam na capital, pois é o local onde ocorre maior número de confrontos entre policiais e não policiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados coletada até esta fase da pesquisa apontaram para perspectivas de riscos profissionais distintas entre policiais que atuam na capital e policiais que atuam no interior do estado. O objetivo deste texto foi apontar que estas diferenciações estão associadas, especialmente ao reconhecimento da pessoa por sua profissão e as redes de sociabilidade acionadas nos cenários interior e capital. Percebe-se também que o risco profissional acionado pelos participantes da pesquisa foi quase que exclusivamente, ligado ao confronto físico e que o fato de portarem arma de fogo é percebido ou como segurança para a necessidade de confronto ou como mais um fator de risco da profissão, o que faz com que alguns optem por não portá-la em determinadas circunstâncias.

Muitas questões ainda precisam ser investigadas, como os sentidos dos outros tipos de risco associados à profissão e as formas de preveni-los, as relações dos riscos profissionais com as emoções associadas a ele como o medo e a segurança. Até o momento, foi possível perceber que há distinções significativas para os sentidos dos riscos na profissão policial militar, ligados às formas de sociabilidade que estes profissionais criam de acordo com o perfil do espaço urbano no qual atuam.

REFERÊNCIAS

ADAMS, John. **Risco**. São Paulo: Editora SENAC, 2009.

AEROSA, João. **O risco no âmbito da teoria social**. VI Congresso Português de Sociologia, 2008. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/323.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

_____. **A importância das percepções de riscos dos trabalhadores.** 2009. Disponível em: <http://ricot.com.pt/artigos/1/J.Areosa_pp.54.64.pdf>. Acesso em 20 nov. 2013.

ALMEIDA, Luiz Guilherme Veiga de. **Ritual, risco e arte circense:** o homem em situações-limite. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2008.

ARTWOHL, Alexis; CHRISTENSEN, Loren W. **Deadly Force Encounters:** What cops Need to know to Mentally and Physically prepare for survive a Gunfight. Colorado: Paladin Press, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido.** São Paulo: Ed. Jorge Zahar, 2008.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

BERNSTEIN P.L. **Desafio dos deuses:** a fascinante história do risco. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo.** São Paulo, Vozes, 2003.

BRANDL, Steve G.; STROSHINE, Meghan S. Toward an Understanding of the Physical Hazards of Police Work. **Police Quarterly**, v.6, n. 2, p. 172-191, 2003.

BRUSEKE, Franz Josef. Risco e contingência. **Rev. bras. Cienc. Soc.** [online]. 2007, vol.22, n.63, pp. 69-80.

BURROWS, Colin. Critical Decision Making by Police Firearms Officers: A Review of Officer Perception, Response, and Reaction. **Advance Acces Publication**, p.273-283, 2007.

CONSTANTINO, Patrícia. **Riscos percebidos e vividos por policiais civis: estudo comparativo em dois municípios do Estado do Rio de Janeiro.** *Convención Internacional de Salud Pública* [online]. 2012. Disponível em: <http://www.convencionsalud2012.sld.cu/index.php/convencionsalud/2012/paper/viewFile/574/254>. Acesso em 02 jun. 2014.

CONSTANTINO, Patrícia; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto and CORREIA, Bruna Soares Chaves. **Percepção do risco entre policiais civis de diferentes territórios do Estado do Rio de Janeiro.** *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2013, vol.18, n.3, pp. 645-655. ISSN 1413-8123.

DEAN, Mitchell. Risk, calculable and incalculable. In: **Risk and Sociocultural Theory: New Directions and Perspectives.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risk and Culture:** an Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers. London: University of California Press, 1982.

DROL, Itiel E. Perception of Risk and the Decision to Use Force. **Advance Acces Publication**, p.265-272, 2007.

DUARTE FILHO E.; OLIVEIRA J.C.; LIMA D.A. A redução e eliminação da nocividade do trabalho pela gestão integrada de saúde, meio ambiente e qualidade. In: Mendes R, organizador. **Patologia do trabalho**. vol. 2. São Paulo: Atheneu; 2005.

GIDDENS, A. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GRANJO, Paulo. Quando o <risco> se torna perigoso. **Analise Social** [online]. 2006, vol.181, pp. 1167-1179.

GROSSMAN, Dave. **On Combat**: The Psychology and Physiology os Deadly Conflict in War and in Peace. USA: Warrior Science Publications, 2004.

LA MENDOLA, S. O sentido do risco. **Rev. Soc. USP**. 17(2), 59-91, 2005.

LE BRETON, D. **Passions du risque**. Paris. Métailié. 1991

LEDOUX, Joseph E. **O cérebro emocional**: os misteriosos alicerces da vida emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LUHMANN, Niklas. **Risk: a sociological theory**. New York: Aldine de Gruyter, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ADORNO, Sérgio. Risco e (in)segurança na missão policial. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 3, Mar. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Ednilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. **Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública**. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2007, vol.23, n.11, pp. 2767-2779. ISSN 0102-311X.

MINAYO, Maria C.S.; SOUZA, Ednilsa R. **Missão Investigar**: entre o ideal e a realidade de ser policial civil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MINAYO, Maria C.S.; SOUZA, Ednilsa R.; CONSTANTINO, Patrícia. **Missão Prevenir e Proteger**: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. **“Ser Policial é, sobretudo, uma razão de ser”**: **Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**: Tese de Doutorado não publicada. Universidade do Rio de Janeiro, 1999.

NEVES, Eduardo Borba; MELLO, Márcia Gomide da Silva. O risco da profissão militar na cidade do Rio de Janeiro em "tempo de paz": a percepção da tropa. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 14, n. 5, 2009.

OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Luana Minharo dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**, Porto Alegre: UFRGS. 2010, vol.12, n.25, pp. 224-250.

OLIVEIRA, Humberto W. S. **Autodefesa contra o crime e a violência**: um guia para civis e policiais. São Paulo: Barúna, 2013.

OLSON, Dean T. Deadly Force Decision Making. **FBI Law Enforcement Bulletin**. Washington: FBI. V.67, n.2, p. 1-9, 1998.

PAIXAO, J.A.; GABRIEL, R.E.C.D.; TUCHER, G.; KOWALSKI, M.; COSTA, V.L.M. Risco e aventura no esporte na percepção do instrutor. **Psicologia Social**, Florianópolis, v. 23, n. 2, 2011.

SIDDLE, Bruce K. **Sharpening the Warrior's Edge**. Belleville: PPCT Research Publications. 1995.

SKOLNICK, J.; BAYLEY, D.H. **Policiamento Comunitário**: questões e práticas através do mundo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SPODE, Charlotte Beatriz; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Psicol. Reflex. Crit.** [online]. 2006, vol.19, n.3, pp. 362-370.

VALLA, W. O. O compromisso e as implicações deontológicas para o militar de polícia. **Revista Direito Militar da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais**, Florianópolis, v. 7, n. 37, p. 10-14, set./out. 2002.